

Brasil vive epidemia de intolerância

Nas últimas semanas, foram vários casos de preconceitos sociais vindos de indivíduos dos mais variados lugares da sociedade brasileira

Por Fernando Luiz Abrucio

Valor, 17/03/2023

Foram mais de dois anos de pandemia de covid-19, com um número enorme de mortos e sequelados no Brasil. A vacina nos salvou de uma situação pior e agora houve uma grande redução dos casos e dos óbitos. Há um quadro de quase normalidade, com todas as crianças na escola, as pessoas novamente indo a festas, shows e atividades esportivas, além do prazer inenarrável de voltar a frequentar o teatro. Mas nem tudo são flores, pois uma nova epidemia está assolando a sociedade brasileira: a praga da intolerância.

Nas últimas semanas, foram vários casos de preconceitos sociais contra nordestinos, mulheres, negros, transexuais/travestis, pessoas com deficiência e gente com mais idade (etarismo). Foram falas vindas de indivíduos dos mais variados lugares da sociedade brasileira, como empresários, parlamentares, estudantes, donas de casa e humoristas. O que chama primeiramente a atenção é que não são episódios isolados. Trata-se de uma epidemia de intolerância

Claro que o Brasil, tão marcado pelo patriarcalismo e pela escravidão, sempre foi preconceituoso. Todos já presenciamos situações ou falas marcadas pelo preconceito nas piadas de salão, nas conversas de bar e nos almoços de família. Só que, desde a promulgação da Constituição de 1988, houve um processo civilizatório contínuo para considerar, no mínimo, mal-educado e, nas hipóteses mais grosseiras, crime, qualquer forma pública que defendesse visões que consideram pessoas ou grupos sociais como inferiores ou indesejáveis.

A ascensão do bolsonarismo abriu a caixa de Pandora dos ódios e preconceitos mais profundos da sociedade brasileira. Perdeu-se a vergonha pública ou o temor de ser punido pela Justiça. É este clima de barbárie que possibilitou a um vereador gaúcho tratar os baianos como raça inferior e um deputado federal mineiro ridicularizar, a um só tempo, mulheres e transexuais/travestis, exatamente no dia em que se comemorava o Dia Internacional da Mulher.

Parlamentares precisam ter imunidade para dizerem o que quiserem do governo de ocasião. Podem ter ideias diferentes de como governar o país, achar que o capitalismo ou comunismo são as melhores formas de organizar a sociedade e propor mudanças legais em matérias controversas como aborto ou drogas, com opiniões diferentes sobre esses assuntos. Só que a Constituição disse que todos somos iguais perante a lei e que devemos seguir o aparato legal vigente. Como o Brasil tornou crime a expressão verbal do racismo e da LGBTfobia, inclusive imprescritível e inafiançável, quem o fizer está praticando um delito. Políticos eleitos podem descumprir a legislação, qualquer que seja ela? Se isso for verdadeiro, rasga-se o Estado de Direito e a classe política torna-se uma casta acima dos outros mortais que devem

seguir a lei. Depois não adiante reclamar que o Congresso Nacional é cada vez mais mal avaliado pela população, sobretudo pelos mais pobres.

Na verdade, em ambos os casos, a defesa da imunidade parlamentar é só um biombo para esconder algo mais profundo. O próprio deputado federal mineiro chegou a dizer que não se importava com uma possível cassação ou até que o matassem, porque muitos outros o substituiriam. Ele sabe que é um vetor da epidemia de intolerância que assola o país, atuando junto com muitos outros bolsonaristas, incluindo o chefe máximo desse grupo fascista, que fez um governo voltado à proliferação do ódio e dos preconceitos.

Para quem achar que a alcunha fascista seja forte, lembro de uma palestra nos anos 1980 com Sergio Paulo Rouanet, um dos maiores pensadores do país no século XX. Rouanet contou naquela ocasião que uma das táticas dos fascistas italianos para mostrar sua superioridade contra os inimigos era rir publicamente deles, como a mobilização de multidões para dar voltas nas prisões onde estavam os perseguidos, como judeus e comunistas, dando gargalhadas como se o arbítrio e o ódio social se expressassem melhor na forma de um humor que serve à aniquilação do outro. As piadas de Bolsonaro contra mulheres, negros, homossexuais e pessoas que estavam sofrendo com a covid-19 sempre foram fascistóides e seus seguidores seguem essa trilha.

O resultado da epidemia de intolerância que vem sendo alimentada nos últimos anos aparece cada vez mais na esfera pública brasileira. Pode ser vista no episódio do humorista que ridicularizou um possível ato sexual com uma cadeirante. Essa piada serviu para mostrar como as pessoas com deficiência são “inferiores”, embora crueldade não combine com riso. Vale lembrar que um dos ministros da Educação de Bolsonaro, aquele envolvido em processo judicial sobre o uso de verbas públicas para comprar Bíblias de pastores amigos da primeira-dama, chegou a dizer que seria melhor evitar o aumento de alunos com deficiência nas escolas para não atrapalhar os outros estudantes. Mais uma vez fica claro: bolsonaristas e fascistas não acreditam na igualdade entre todos os seres humanos.

Em Ceilândia, no Distrito Federal, um aluno de ensino médio deu uma palha de aço como presente do Dia Internacional da Mulher para sua professora negra. O estudante queria expressar preconceito contra o tipo de cabelo dela, mas foi muito além: mostrou como numa sociedade com alma escravocrata ainda não se libertou da ideia de quem pode ensinar algo são pessoas brancas. Muitos vão retrucar que foi apenas uma brincadeira, de um jovem ainda em formação. Mas é isso que preocupa: deve-se cortar os preconceitos no ambiente escolar, evitando que a população brasileira no futuro se torne cada vez mais intolerante.

A escola deveria ser o principal lugar para ensinar a tolerância. Pensadores como Theodor Adorno e Amos Oz já mostraram como é no processo educativo e na construção do conhecimento por meio de histórias sobre a diversidade humana que podemos ensinar a evitar o ódio totalitário e o fanatismo. Estudantes ridicularizando sua colega mais velha de faculdade - que só conseguiu chegar ao ensino superior aos 40 anos de idade - demonstram não entender a essência da educação, qualquer que seja o curso que façam. A melhor forma de aprender é saber lidar com a riqueza de saberes, gostos e jeitos da humanidade. Como dizia Stuart Mill, os seres humanos não devem se equiparar às máquinas, e devem ser mais parecidos com as árvores, pois nunca sabemos de antemão quantos galhos vão surgir nelas (e com qual formato, ademais). Essa maravilhosa variedade de possibilidades é muito melhor como ideal de sociedade do que um mundo único, opressivo e autoritário imposto sobre as pessoas.

Os proliferadores da epidemia de intolerância sabem que ser preconceituoso tornou-se um ativo social no Brasil: com esse comportamento se ganham likes, fiéis, admiradores e votos. E muitas vezes, em nome de Deus, dissemina-se o ódio; em nome do humor, dissemina-se a opressão; e em nome de identidade grupal exclusivista e anti-humanista, dissemina-se a exclusão ou mesmo a eliminação do outro.

A existência de uma parcela importante da sociedade que apoia a expressão pública de preconceitos intolerantes traz dois riscos ao futuro do Brasil. O primeiro vincula-se à democracia. Não é possível se ter um regime democrático sem o respeito às leis e aos diferentes. Visões monistas, que não aceitam outra concepção de mundo e querem destruir as demais, ferem um princípio básico expresso pelo filósofo Jürgen Habermas: só é democrata quem pelo menos supõe mudar de opinião. Acrescentaria aqui também a ideia central do pensamento de um maiores teóricos da democracia, Norberto Bobbio: apenas um país que respeita os direitos humanos de todos, sem exceção, pode ser considerado efetivamente democrático.

O segundo risco relaciona-se com o sentido da nação brasileira, ou seja, com a convivência razoavelmente harmoniosa entre nós. A história brasileira não foi a democracia racial que muitos propagaram, e a desigualdade, em seus vários formatos, constituiu nossa principal marca. Mesmo assim, havia um espaço para a diversidade de religiões, de grupos étnicos e de modos de vida, sobretudo se compararmos o Brasil com outros países complexos. Desde a ascensão da epidemia da intolerância, impulsionada por Bolsonaro, a desigualdade aumentou e a aposta no recrudescimento da intolerância entre os grupos sociais ganhou força, e ficamos no pior dos mundos.

Se quisermos ter democracia e uma nação com convívio mais saudável e civilizado, será preciso combater a epidemia da intolerância e seus propagadores. Isso passará pela ação política, cumprindo as leis e construindo um ambiente baseado no diálogo, no respeito à divergência, na proteção dos direitos humanos e no combate aos extremismos. Mas é fundamental também semear a tolerância em todos os espaços públicos relevantes: escolas, igrejas, empresas, ruas e metrô, além das manifestações culturais.

E por falar no poder da cultura, deixo aqui uma dica para enfrentar essa epidemia: a peça “Eu de Você”, de Denise Fraga. Ela apresenta com humor algumas formas preconceituosas que surgem em diferentes ambientes do nosso cotidiano, discutindo ainda como superar as intolerâncias que atrapalham o desenvolvimento de cada um e de todos nós. É uma vacina poderosa contra todas as formas de ódio contra o outro que vêm se espalhando pelo Brasil.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente
E-mail: fabrucio@gmail.com